



Esta obra possui uma Licença

[Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/16974>



<http://dx.doi.org/10.18542/rmi.v18i30.16974>

Margens: Revista Interdisciplinar | e-ISSN:1982-5374 | V. 18 | N. 30 | Jan-Jun, 2024

Submissão: 07/05/2024 | Aprovação: 30/06/2024



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO CATALISADORA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

UNIVERSITY EXTENSION AS A CATALYST FOR LOCAL DEVELOPMENT

Dahyse de Oliveira e Oliveira ¹

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)¹

Manoel Joaquim Fernandes de Barros ²

Universidade do Estado da Bahia²

Carolina Andrade Spínola ³

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)³

Lídia Boaventura Pimenta ⁴

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)⁴

José Cláudio Rocha ⁵

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)⁵

Resumo: Este estudo investiga a relação entre extensão universitária e desenvolvimento local. Focando no primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária em Minas Gerais, 2013, o estudo avalia as contribuições desta formação para a prática extensionista e seu impacto no desenvolvimento regional. A pesquisa utiliza uma metodologia fenomenográfica, com uma abordagem descritiva e qualitativa, analisando monografias de egressos do curso para identificar como estas práticas podem transformar realidades socioespaciais. Seu resultado destaca o papel das parcerias entre diversas instituições para o fortalecimento da extensão universitária, sugerindo que esta pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local. Ademais, demonstrou como a extensão universitária pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e integrado de diferentes regiões, pelas evidências recolhidas nos quatorze trabalhos de conclusão avaliados.

Palavras-chave: extensão universitária; desenvolvimento local; inovação social.

Abstract: This study investigates the relationship between university extension and local development. Focusing on the first National Specialization Course in University Extension in Minas Gerais, 2013, the study evaluates the contributions of this training to extension practice and its impact on regional development. The research uses a phenomenographic method, with a descriptive and qualitative approach, analyzing monographs from course graduates to find how these practices can transform socio-spatial realities. Its result highlights the role of partnerships between different institutions in strengthening university extension, suggesting that this can be a powerful tool for local development. Furthermore, it showed how university extension can contribute to the sustainable and integrated development of different regions, through the evidence collected in the fourteen final works evaluated.

Keywords: university extension; local development; social innovation.

¹Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador (UNIFACS), Gabinete/Assessoria Especial da Reitoria, Coordenadora do Projeto Observatório das Empresas Juniores da Uneb. E-Mail: dahyse@yahoo.com.br

²Doutor em Educação (Brasil/Canadá, 2003). Estágio Pós-Doutoral (Grenoble École de Management, França, 2016). E-Mail: manoeljfb@gmail.com

³Doutora em Geografia, Universidade de Barcelona. Professora Permanente (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano). E-Mail: cas.spinola@gmail.com

⁴Doutora em Educação (UFBA). Pró-Reitora de Planejamento da UNEB. E-Mail: lidiabpimenta@hotmail.com

⁵Doutor em Educação (UFBA). Professor da Universidade do Estado da Bahia. E-Mail: joseclaudiourochaadv@gmail.com

INTRODUÇÃO

A universidade moderna transcende o seu papel tradicional de instituição de ensino, posicionando-se como uma entidade crucial para o desenvolvimento social, tecnológico e humano. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão, as universidades não apenas disseminam conhecimento, mas também aplicam essas aprendizagens de forma prática e eficaz para resolver problemas complexos da sociedade. Este tríptico de funções forma a base das atividades universitárias, promovendo um desenvolvimento que é ao mesmo tempo robusto e multifacetado. A extensão universitária, em particular, é um elo vital nesse processo, pois proporciona uma ponte entre o conhecimento teórico e a aplicação prática, trazendo benefícios tangíveis para as comunidades fora dos portões universitários.

Este estudo delinea a importância da extensão universitária como uma ferramenta para o desenvolvimento local e regional, sublinhando seu papel em promover a igualdade social e o engajamento cívico. Através da extensão, a universidade assume uma função ativa na sociedade, aplicando a pesquisa acadêmica para atender às necessidades imediatas da comunidade e fomentar uma transformação social positiva. Este papel transformador não apenas fortalece a relevância social da universidade, mas também enriquece a experiência educacional dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo real.

Neste contexto, a presente pesquisa foca especificamente na extensão universitária, explorando como ela pode ser efetivamente utilizada como uma ferramenta para o desenvolvimento regional e urbano. O estudo concentra-se em uma iniciativa particular: o primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária realizado em Minas Gerais, no ano de 2013. Este curso pioneiro buscou sistematizar e avaliar a extensão universitária, oferecendo uma estrutura formal para a preparação de profissionais capazes de implementar e liderar projetos de extensão que impactam positivamente as comunidades.

A justificativa para este estudo se baseia na crescente necessidade de compreender e aprimorar as práticas de extensão universitária, especialmente considerando os desafios contemporâneos que requerem uma interação mais direta e eficaz entre universidades e sociedade. Ao investigar este curso de especialização, a pesquisa oferece uma análise das experiências, dos desafios e dos sucessos dos agentes extensionistas que trabalham em uma variedade de contextos regionais e institucionais, desde instituições públicas a privadas e comunitárias.

Por meio de uma metodologia fenomenográfica, o estudo adota uma abordagem qualitativa para explorar como a teoria da extensão é aplicada na prática, utilizando uma variedade de métodos de coleta de dados, incluindo análise documental, entrevistas e revisão de literatura. A análise destes

dados visa desvelar as nuances da extensão universitária e seu impacto no desenvolvimento local e regional, destacando o papel essencial que essas atividades podem desempenhar na promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Ao final, esta investigação estabelece o contexto e os objetivos desta pesquisa acadêmica, sublinhando a importância de investigar a extensão universitária não apenas como uma obrigação acadêmica, mas como uma responsabilidade social urgente e necessária. Este estudo pretende contribuir significativamente para a literatura existente, oferecendo novas perspectivas e entendimentos sobre como a extensão universitária pode servir como um catalisador para mudanças sociais positivas e desenvolvimento regional.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EVOLUÇÃO, DESAFIOS E PAPEL TRANSFORMADOR NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ao longo das últimas décadas, a extensão universitária inseriu-se em um contexto de mudanças, desempenhando múltiplas e complexas funções na Universidade. As atividades extensionistas continuamente revelam estratégias e conhecimentos plurais, influenciando o compromisso social da universidade, pois “o estudo da universidade concreta não pode deixar, de modo algum, de levar em consideração as relações múltiplas e recíprocas entre universidade e sociedade” (Fagundes, 1985 *apud* Souza, 2010, p. 13).

Para compreender a Extensão Universitária, é essencial resgatar sua história. Rocha (2001) indica que a extensão universitária teve início na Universidade de Cambridge em 1867, através de palestras que se expandiram para os Estados Unidos, influenciando a criação dos *Land Grant Colleges*. Este movimento também impactou a América Latina, fomentando a implantação de uma extensão universitária associada a programas de desenvolvimento.

As primeiras manifestações de extensão no Brasil surgiram no início do século XX, delineando os traços de uma política educacional estatal, anteriormente dominada pela Igreja. Segundo Souza (2010), a extensão no Brasil baseou-se em dois modelos principais: o europeu, focado na aproximação da universidade com a sociedade, e o americano, de cunho assistencialista.

Em 1931, o Estatuto da Universidade Brasileira instituiu a extensão por meio de cursos e conferências, disseminando conhecimentos variados em benefício da comunidade. Paulo Freire (1997) criticou este modelo por ser autoritário e desconectado do saber popular, perpetuando uma transmissão de conhecimento verticalizada e descontextualizada.

Botomé (2001) defende que a extensão evidencia as responsabilidades sociais da academia, tornando o conhecimento acessível a todos. Este pensamento é reforçado por Melo Neto (2013), que destaca a necessidade da universidade de contribuir com conhecimento aos setores populares através da extensão.

O modelo americano introduzido pelos *Land Grant Colleges* e a Lei Morrill de 1862 incentivou a disseminação do conhecimento acadêmico para além dos alunos regulares, promovendo a extensão como um serviço comunitário. Este conceito foi adaptado e transformado no Brasil, especialmente após 1964, quando a ditadura militar utilizou a extensão como um meio de controle social, apesar de ter mantido alguns dos ideais do Movimento Estudantil de democratização do acesso ao conhecimento.

A década de 1960 foi marcada por mobilizações que buscavam reformas sociais, e a extensão universitária evoluiu para abraçar uma função mais crítica e transformadora na sociedade. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), coordenando discussões sobre a extensão e fortalecendo seu papel nas universidades.

Atualmente, a extensão universitária é vista como um instrumento de interação dialógica entre a universidade e a sociedade, promovendo a democratização do conhecimento e contribuindo para a transformação social. Esta evolução histórica reflete um esforço contínuo para redefinir o papel da universidade na sociedade, destacando a extensão como uma via crucial para a educação e o engajamento comunitário.

Ao longo das últimas décadas, a extensão universitária evoluiu significativamente, assumindo diversas funções complexas dentro da universidade. Sua contribuição para o tecido social é marcada pela interação entre universidade, governo e sociedade, o que tem moldado o aparato legal que hoje fundamenta a extensão universitária. Inicialmente, a legislação relativa à extensão limitava-se a cursos e conferências educacionais destinados àqueles fora do ambiente universitário. O Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 caracterizava a extensão como a oferta desses cursos e conferências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961 expandiu os cursos de extensão, promovendo a ideia de estender o conhecimento acadêmico para a sociedade. A universidade, nesse contexto, assumia um papel de transmissão de conhecimento, perpetuando uma visão hierárquica de superioridade do conhecimento acadêmico. Esse panorama mudou com o Decreto-Lei Nº 252 de 1967 e foi consolidado pela Lei Básica da Reforma Universitária de 1968, que ampliou a aplicação das ações de ensino e pesquisa para a comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Lei 9.394) fortaleceu ainda mais esse papel, tratando a extensão como uma das finalidades da educação superior, estabelecendo mecanismos para o apoio financeiro público, incluindo bolsas de estudo. O artigo 43 da lei afirma que uma das finalidades da educação superior é "promover a extensão, aberta à participação da população" (Lei 9.394, 1996).

O quadro legal da extensão foi enriquecido pela Constituição de 1988, que destacou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e por vários outros marcos regulatórios que contribuíram para a institucionalização e financiamento da extensão. Estes incluem o Plano Nacional de Educação de 2001-2010, que responsabilizou as universidades pela integração de ensino, pesquisa e extensão, e o Programa de Extensão Universitária de 2008, que oficializou a extensão como política pública.

Atualmente, a extensão universitária é reconhecida como uma atividade vital que interliga a universidade à sociedade, democratizando o conhecimento acadêmico e contribuindo para a transformação social. A lei no 13.005 de 2014 do Plano Nacional de Educação reforça essa visão, assegurando que um percentual dos créditos curriculares seja destinado à extensão, com foco em áreas de relevância social. Esse arcabouço jurídico não apenas fortalece a extensão como um pilar educacional, mas também como uma prática dialógica essencial para o progresso social e desenvolvimento da universidade em harmonia com a comunidade.

A extensão universitária, derivada do latim "extensione", implica em ampliação e aumento, refletindo a expansão do conhecimento acadêmico além dos limites da universidade (Conto, 2013). O XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (Brasil; MEC, 1994) descreve a extensão como o ponto de partida e de chegada da atividade acadêmica, interligando pesquisa e ensino em todas as etapas do processo educativo.

Ao longo dos anos, a extensão assumiu várias formas, necessitando de uma definição que abrangesse sua diversidade. A Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior (Brasil; MEC, 1985) destacou que a extensão deveria garantir a difusão do conhecimento, a continuidade dos serviços à população e a interação constante com o ensino e a pesquisa. Essa perspectiva foi reforçada no VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão (Brasil; MEC, 1994), que viu a extensão como um meio de fomentar a cidadania e integrar a universidade na sociedade, promovendo ciência, arte, tecnologia e cultura como fundamentais para a cidadania (Melo Neto, 2013).

O conceito de extensão foi sistematizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão como um processo educativo, cultural e científico que vincula ensino e pesquisa e facilita uma

transformação mútua entre universidade e sociedade (FORPROEX, 1998). Esse processo é visto como interdisciplinar e favorece uma visão integrada do social, articulando ensino e pesquisa com as demandas sociais e alimentando o processo de ensino-aprendizagem.

A Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) define a extensão como um processo interdisciplinar que promove a interação transformadora entre a universidade e a sociedade. Este conceito destaca a troca entre saberes populares e conhecimento acadêmico. Silva (2000) categoriza a extensão em três conceitos: tradicional, como extensão autônoma; processual, como articuladora social; e crítica, integrando ensino e pesquisa com realidades sociais. Desta forma, podemos perceber que a extensão é uma prática diversificada e complexa que transcende a simples disseminação do conhecimento para englobar uma prestação de serviços e difusão cultural que responde às necessidades da sociedade, alavancando a troca de saberes e fomentando a interação social.

A Universidade, por meio da extensão, interage com a comunidade, aprendendo e produzindo conhecimentos e absorvendo saberes locais. Este intercâmbio enriquece a universidade com valores e culturas diversas, configurando-se como um potencial de aprendizagem social significativo dentro da instituição acadêmica. O desenvolvimento e a formação de agentes extensionistas facilitam um processo de aprendizagem voltado para a formação de indivíduos críticos e ativos socialmente.

Historicamente, modelos de aprendizagem variaram significativamente. Na antiguidade, estavam ligados ao trabalho, enquanto na Idade Média se dividiam principalmente entre matemática e linguística. Já na era moderna, a aprendizagem foi moldada pelo progresso da revolução industrial e pela emergência da tecnologia. No contexto contemporâneo, a transição da mecânica para a energia, e de uma educação rígida para uma aprendizagem fluida e centrada na interatividade é evidente (Síveres, 2012).

A extensão universitária estabelece um modelo de aprendizagem onde o conhecimento é construído coletivamente. Vigotsky (1998, *apud* Síveres, 2012) enfatiza que aprender transcende a aquisição de habilidades para pensar sobre várias coisas, expandindo as capacidades de reflexão e interação do indivíduo. A extensão, portanto, não é apenas uma transmissão de conhecimento, mas uma construção coletiva e social.

A abordagem construtivista de Piaget ressalta a importância da interação na aprendizagem, onde o processo de construção do conhecimento é tanto sobre o ato de construir quanto sobre o objeto construído. Isso implica uma aprendizagem baseada na experimentação, transformando o aprendiz em um sujeito autônomo e ativo (Piaget, 1994).

Paulo Freire (1997) vê a aprendizagem como um ato intrinsecamente político, necessitando de engajamento social e político para ser transformador. Este aspecto destaca a extensão universitária como um campo onde o aprendizado é tanto um ato de ensino quanto um processo de envolvimento cívico e social.

De acordo com o Relatório Delors (*apud* Síveres, 2012), os pilares da educação - aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser - são fundamentais para uma educação holística e integrada, que a extensão universitária promove efetivamente. A extensão permite que os alunos apliquem teoria à prática, conectando o conhecimento acadêmico com as necessidades e realidades da comunidade, promovendo uma aprendizagem que é relevante e enriquecedora para ambos, a universidade e a sociedade.

Essa interação constante entre teoria e prática por meio da extensão transforma os conceitos educacionais, criando um ambiente de aprendizado que valoriza a criatividade, a inovação e a reflexão crítica, essenciais para a formação de profissionais capazes de responder aos desafios contemporâneos. A extensão, portanto, não só complementa a educação tradicional, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e na formação de uma cidadania ativa e consciente.

A educação superior no Brasil tem evoluído de um modelo de transmissão para um modelo de produção e transmissão do saber científico. A extensão universitária é um meio eficaz para formar pessoas e influenciar o meio em que vivem, extrapolando o conhecimento adquirido e incentivando uma atitude investigativa (Nascimento, 2012).

A extensão permite à universidade interagir diretamente com a comunidade, facilitando a troca de saberes em um contexto real e abrindo novas vias para o conhecimento. Este intercâmbio favorece diálogos construtivos, promove análises críticas e produz conhecimentos aplicáveis à vida, oferecendo alternativas para a transformação social. A extensão, segundo Boaventura Souza Santos (2005), deve ser vista como uma “extensão ao contrário”, onde os saberes populares entram na universidade, enriquecendo o saber acadêmico com perspectivas diversas.

A extensão cria um ambiente de aprendizagem colaborativa e interativa, conceituada por Santos como uma ecologia de saberes, onde o saber científico e os saberes tradicionais se enriquecem mutuamente (Santos, 2012). Este diálogo é fundamental para a criação de conhecimentos que possam transformar socialmente, identificando problemas relevantes e produzindo soluções aplicáveis (Brasil; MEC, 1998).

A extensão se realiza como um processo dialético entre teoria e prática, resultando na produção de novo conhecimento que fomenta o pensamento crítico e a ação coletiva (Melo Neto, 2013). Esse trabalho social parte da realidade objetiva para produzir conhecimentos através de análises críticas e colaborativas, integrando a universidade à sua comunidade de forma mais efetiva e cumprindo seu papel social (Melo; Silva, 2016).

Essencialmente, a extensão na educação superior representa uma interação contínua e produtiva entre a academia e a sociedade, reformulando o papel tradicional da universidade e ampliando seu impacto ao promover uma educação que é tanto informativa quanto transformadora. Este modelo robustece a universidade como um espaço público de interconhecimento e ação coletiva, conforme indicado por Freire, ao valorizar o saber como um processo de constante busca e diálogo (Freire, 2013).

O Brasil, com uma extensão territorial de mais de 8 milhões de km² (IBGE, 2017) e uma população aproximada de 209 milhões de habitantes, enfrenta desafios significativos em termos de educação, dada a sua vasta dimensão geográfica e demográfica. Dados do Censo da Educação Superior revelavam que o país contava com 2.407 instituições de ensino superior, com uma distribuição que favorece as regiões sul e sudeste em termos de acesso e qualidade educacional (INEP, 2018). Nesse contexto, a extensão universitária emerge como uma estratégia vital para mitigar disparidades educacionais, estendendo o alcance das instituições de ensino para além dos centros urbanos, até comunidades menos atendidas. A extensão universitária não apenas propaga conhecimento, mas também fomenta uma cultura de investigação e questionamento crítico (Nascimento, 2012).

Conforme Buarque (1999), a universidade enfrenta uma crise de relevância e eficácia, lutando para definir corretamente as problemáticas que a educação superior deve abordar. A interação entre universidades, Estado e sociedade é crucial para que a academia não apenas gere, mas também disperse conhecimento de maneira eficaz e relevante.

O pensamento de Boaventura de Sousa Santos sobre a “ecologia de saberes”, como citamos, propõe uma extensão invertida, na qual o conhecimento não apenas flui da universidade para a comunidade, mas também vice-versa, enriquecendo o acadêmico com saberes locais e tradicionais (Santos, 2005). Este processo colaborativo é descrito como essencial para a reconstrução do papel da extensão dentro das universidades, promovendo uma aprendizagem que é profundamente enraizada na solidariedade e na interação social (Santos, 2012).

Em síntese, a extensão universitária, como defendido por Castro, Souza e Lima (2015), é um meio de transformação social que responde não apenas às necessidades educacionais, mas também às exigências sociais, cultivando um conhecimento que é simultaneamente regulatório e emancipatório. Ao contextualizar o conhecimento dentro das realidades locais e ao promover a participação ativa da comunidade acadêmica, a extensão torna-se um pilar fundamental para o desenvolvimento social e educacional no Brasil. As instituições de ensino superior devem, portanto, abraçar a extensão como uma função central, integrada ao ensino e à pesquisa, para formar cidadãos capazes de entender e transformar sua realidade (Castro; Souza; Lima, 2015).

INTERFACES DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL BRASILEIRO COM A EXTENSÃO

O desenvolvimento um processo intrinsecamente irregular, tende a favorecer regiões com maior dinamismo e potencial de crescimento. A importância das análises regionais para a coesão econômica nacional é destacada ao considerar a inter-relação entre diversas localidades. Definir uma região envolve critérios como homogeneidade e contiguidade, essenciais para a constituição de um espaço econômico integrado (Lemos, 1988 *apud* Lima; Simões, 2010).

François Perroux (1967) introduziu o conceito de espaço abstrato para analisar interações econômicas, argumentando que o crescimento ocorre de forma desigual, manifestando-se intensamente em polos específicos e propagando-se de maneira variada pela economia (Lima; Simões, 2010). Esse entendimento sugere que as instituições desempenham um papel crucial na formulação e aplicação de políticas econômicas que promovam o desenvolvimento técnico e humano, assim como a cooperação entre regiões ricas e pobres.

Boudeville (1972) e Gunnar Myrdal (1957) também contribuíram significativamente para a teoria regional. Boudeville considera o espaço em termos econômicos como homogêneo e polarizado, enquanto Myrdal destaca o impacto das políticas públicas na minimização das disparidades regionais através de uma causalção circular cumulativa, que realça a instabilidade e o desequilíbrio dos sistemas econômicos (Lima; Simões, 2010).

Na perspectiva contemporânea, Vieira e Santos (2012) diferenciam crescimento econômico, que amplia a capacidade produtiva, de desenvolvimento econômico, que inclui melhoria no padrão de vida e alterações estruturais significativas. O desenvolvimento é visto como um processo tanto quantitativo quanto qualitativo, evidenciando a necessidade de abordagens que integrem a produção e a distribuição de recursos de maneira equitativa.

A teoria do crescimento endógeno adiciona uma dimensão local ao desenvolvimento, onde o progresso econômico é visto como um fenômeno gerado internamente, que pode ser sustentado pela capacidade de uma região de reter e atrair excedentes econômicos. Isso implica que ações de desenvolvimento devem emanar dos próprios atores locais, em contraste com abordagens de planejamento centralizado, favorecendo uma organização social regional que valoriza decisões autônomas (Amaral Filho, 1996). Portanto, o desenvolvimento regional requer uma abordagem integrada que reconheça as potencialidades de cada localidade, promova a interconexão entre diferentes regiões e respeite a diversidade de recursos e capacidades locais. A colaboração entre regiões deve ser pautada na complementaridade e na coesão para garantir um crescimento equilibrado e sustentável.

A discussão regional envolve o dinamismo da construção do espaço-tempo e a relação da geografia com a história, explorando as trajetórias conceituais de região e suas implicações na produção do espaço. Nóbrega (2015) destaca a polissemia do conceito de região, mostrando que ele é entendido de formas variadas: pelo senso comum como um local delimitado; historicamente, como um conceito que evolui com o tempo e o avanço científico; e através de práticas sociais, onde a região é vista como uma arena de relações de poder e produção social.

Paul Vidal de La Blache (1994) enfatiza a interação do homem com o espaço, argumentando que as regiões ganham suas características distintas através da ação humana que, ao moldar o ambiente com sua técnica e cultura, determina sua individualidade geográfica. Essa noção é reforçada pela Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, que em 1933 propôs que o desenvolvimento urbano e regional segue um padrão ordenado influenciado pelas funções econômicas e administrativas dos centros urbanos (Bradford; Kent, 1987).

A Teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux (1967) também é relevante aqui, sugerindo que o crescimento econômico é estimulado pela concentração industrial, formando polos de desenvolvimento que catalisam atividades econômicas em suas proximidades. Souza (2005) complementa essa visão ao discutir como esses polos influenciam e são influenciados pelas dinâmicas socioeconômicas regionais.

O desenvolvimento regional, como podemos avaliar, não é apenas um fenômeno econômico, mas também um processo social e cultural que depende da capacidade de uma região de integrar e utilizar seus recursos humanos e naturais. Isso implica reconhecer a complexidade das relações socioespaciais que formam a base das regiões, entendendo-as como sistemas dinâmicos de interações humanas, culturais e econômicas.

Para abordar os desafios de heterogeneidade e dimensão econômica e territorial do Brasil, é vital desenvolver um novo programa que valorize a diversidade territorial, a criatividade cultural e a variedade produtiva. Esta agenda de transformação regional deve considerar critérios de seletividade relacionados a sub-regiões e segmentos produtivos, desenvolvendo políticas específicas baseadas nas demandas locais.

Neil Smith (2000) descreve a escala como um progenitor ativo de processos sociais, onde a atividade social é contida e ao mesmo tempo ocorre. Essa percepção é crucial ao considerar as disparidades regionais do Brasil, que influenciam significativamente na educação, saúde, renda e habitação. Esses desequilíbrios demandam uma abordagem que integre políticas de gestão de espaços geográficos e de competitividade (Krugman *et al.*, 2002).

O desenvolvimento regional deve ser um processo dinâmico que combate desigualdades por meio de uma consciência social cidadã e explorando externalidades positivas, especialmente em áreas estagnadas ou atrasadas. A trajetória do desenvolvimento no Brasil mostra uma convergência de PIBs *per capita* em várias escalas, embora com disparidades persistentes entre áreas metropolitanas e interioranas (Aguilar, 2016).

Os desafios educacionais são ilustrados pela variação regional significativa no acesso à educação superior (Araújo, 2015; Brasil; Senado Federal, 2015). A política de desenvolvimento deve portanto, fornecer, recursos confiáveis para financiar e sustentar a educação, que é essencial para a competitividade do país e a construção da cidadania (Brasil; Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012).

A reestruturação produtiva e a economia do conhecimento globalizada reforçam a importância de atividades intensivas em conhecimento. No entanto, isso também pode aumentar as desigualdades regionais, pois as regiões com ativos intelectuais e de pesquisa prévios tendem a polarizar ainda mais essas atividades (Brasil; Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012).

Para enfrentar essas desigualdades, é crucial incentivar a coesão e integração territorial com políticas que promovam a equidade no desenvolvimento. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) sugere estimular o desenvolvimento regional em múltiplas escalas e articular ações para uma melhor distribuição dos investimentos pelo território nacional (Brasil, 2007).

Assim, a integração de políticas de desenvolvimento em múltiplas escalas pode ajudar a superar as divisões entre regiões modernas e atrasadas, adotando uma abordagem participativa que ative o potencial endógeno dos territórios e inove no processo de desenvolvimento.

A heterogeneidade regional e econômica do Brasil requer a formulação de políticas específicas de desenvolvimento que valorizem suas diversidades. Neil Smith (2000) explica que a escala demarca o sítio de disputas sociais, influenciando diretamente na atividade social e na geografia das regiões. A enorme diversidade territorial do Brasil destaca as diferenças estruturais e as diversidades produtivas e sociais, exacerbando desigualdades que se manifestam em vários setores como educação, saúde e habitação (Smith, 2000).

O desenvolvimento econômico brasileiro é impulsionado por investimentos em áreas historicamente menos desenvolvidas, apoiados por incentivos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), melhorando indicadores socioeconômicos e mostrando uma curiosa convergência do PIB *per capita* entre estados, mas divergência entre municípios (Aguiar, 2016). Guimarães Neto (1997) observa que as desigualdades regionais no Brasil estão fortemente atreladas às diferenças em relações de trabalho e condições de vida.

A política regional eficaz deve abordar múltiplas escalas e mobilizar atores locais e nacionais, conforme as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Brasil, 2007). Isso inclui estratégias para estimular o desenvolvimento regional e uma melhor distribuição da ação pública e investimentos. A participação da comunidade e a educação de qualidade são fundamentais para esse processo, como destaca a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Brasil, 2012).

O fortalecimento de universidades e a inovação local são vitais para o desenvolvimento regional. Universidades, centros de pesquisa e outros atores locais desempenham um papel crucial na formação de redes para impulsionar o desenvolvimento econômico local e regional (Barquero, 2002). Na Itália, os distritos industriais “marshalianos” mostraram como as inovações locais podem gerar valor agregado e desenvolvimento sustentável (Gonzalez, 1998).

As universidades, através da extensão universitária, contribuem significativamente para enfrentar desafios sociais e promover inovação, fazendo das regiões locais polos de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. As regiões inteligentes e o conceito de Sistema Regional de Inovação são essenciais para entender a interação entre inovação e território, que são determinantes para a capacidade produtiva regional e para conformar configurações institucionais que favorecem o desenvolvimento (Souza, 2005). Neste contexto, para enfrentar as desigualdades regionais, é essencial uma política de desenvolvimento que integre estratégias nacionais e locais, engaje atores locais e promova uma gestão participativa do desenvolvimento territorial, enfatizando a educação, a inovação e a coesão social como pilares fundamentais (Brasil; Finep, 2016).

O Brasil enfrenta desafios significativos no sistema educacional para promover a aprendizagem avançada e o espírito crítico entre os cidadãos. Desigualdades marcantes persistem entre regiões, impactando as redes de ensino público e privado. As instituições de ensino superior são vitais na diminuição dessas disparidades, pois estão ligadas ao desenvolvimento regional e nacional, esforçando-se para satisfazer as necessidades locais através de uma coordenação eficaz entre governo e sociedade. Neste contexto, a extensão universitária desempenha um papel crucial, transformando o conhecimento em conjunto com a comunidade.

Como afirmado pelo FORPROEX (2012), a extensão universitária não visa apenas transmitir conhecimento preexistente, mas sim gerar novos saberes através da interação com a sociedade. Este processo não ocorre isoladamente, mas é integrado com outras funções acadêmicas e administrativas, mirando a dinâmica regional específica da instituição (FORPROEX, 2004).

A extensão é projetada para fortalecer as conexões entre a universidade e a sociedade, formando indivíduos que são conscientes e envolvidos nas dinâmicas sociais, e que podem atuar como catalisadores da mudança social. Essa interação enriquece tanto a academia quanto a comunidade, permitindo uma reflexão crítica sobre as práticas sociais e educativas.

Segundo Demo (1999), a educação é a base para inovações significativas na sociedade, especialmente quando abordada de maneira interdisciplinar e com alta qualidade. As iniciativas de extensão são essenciais para essa transformação, pois facilitam o desenvolvimento econômico e reforçam a cidadania.

As universidades, portanto, devem adaptar suas políticas de desenvolvimento às particularidades de cada região, considerando a infraestrutura disponível, a inovação tecnológica e as necessidades de capacitação da força de trabalho. Através de uma abordagem colaborativa com a comunidade e outras instituições, a extensão pode promover um desenvolvimento social robusto e integrado, capitalizando sobre a revolução tecnológica da informação para melhorar a interação e a sinergia em níveis local e global (Castells, 1999).

METODOLOGIA

Os pressupostos epistemológicos deste estudo orientam a abordagem teórica e metodológica adotada na análise do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária. Fundamentando-se na fenomenologia, esta pesquisa busca compreender as experiências vividas pelos participantes do curso, assim como as percepções e significados que eles atribuem à sua participação e aos projetos de extensão desenvolvidos. Este enfoque fenomenológico, conforme delineado por Edmund Husserl,

permite uma investigação profunda das “coisas mesmas”, as experiências como elas são vivenciadas pelos sujeitos (Husserl, *apud* Figueiredo; Souza, 2011).

Adotando essa perspectiva, o estudo não apenas reconhece, mas também valoriza a subjetividade inerente às experiências humanas, considerando-a como uma fonte valiosa de conhecimento e compreensão. Isso é particularmente pertinente no contexto da extensão universitária, onde as interações humanas e os contextos sociais desempenham papéis cruciais. Ao explorar essas experiências subjetivas, a pesquisa proporciona *insights* sobre como as atividades de extensão são percebidas e vivenciadas pelos participantes, revelando as complexidades e os desafios enfrentados na prática da extensão universitária.

Além disso, ao abordar os fenômenos a partir dessa perspectiva, este estudo se alinha com a ideia de que o conhecimento é construído socialmente e influenciado por fatores históricos, culturais e pessoais. Essa abordagem ajuda a elucidar não apenas o que é feito na extensão universitária, mas também como e por que certas práticas são adotadas, adaptadas ou apoiadas pelos envolvidos.

A escolha metodológica em uma investigação científica é crucial para a precisão e profundidade da análise realizada. No caso deste estudo sobre o Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, uma abordagem metodológica qualitativa foi adotada para explorar as dinâmicas e impactos do curso. Este método foi escolhido devido à sua eficácia em capturar nuances complexas nas percepções e experiências dos participantes, elementos essenciais para entender as práticas de extensão universitária.

A pesquisa qualitativa permite uma análise detalhada dos processos e conteúdos que são muitas vezes invisíveis em abordagens quantitativas. Para este estudo, foram utilizadas técnicas como entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação direta. As entrevistas semiestruturadas forneceram *insights* valiosos sobre as atitudes, crenças e experiências individuais dos participantes do curso, permitindo ao pesquisador aprofundar-se em aspectos específicos da extensão universitária que poderiam não emergir através de métodos mais estruturados.

A análise documental complementou as entrevistas, proporcionando uma perspectiva adicional sobre o contexto institucional e os *outputs* do curso. Esta técnica envolveu a revisão de documentos oficiais, monografias produzidas pelos alunos e materiais de curso, que ajudaram a esclarecer a estrutura e os objetivos pedagógicos do programa de especialização.

Além disso, a observação participativa permitiu que o pesquisador observasse as interações e dinâmicas dentro do ambiente do curso em tempo real. Esta abordagem foi particularmente útil para entender como o conhecimento foi transmitido e aplicado durante o curso, oferecendo uma camada

de compreensão prática que complementa as autodescrições dos entrevistados e os dados coletados através de documentos.

A combinação dessas abordagens qualitativas proporcionou uma visão rica e multidimensional das práticas de extensão universitária, destacando tanto as experiências individuais dos participantes quanto as estruturas e políticas que moldam essas experiências. Este método também permitiu uma flexibilidade essencial na investigação, adaptando-se às condições e descobertas emergentes que são típicas de pesquisas em contextos sociais e educacionais.

A escolha destas técnicas qualitativas está alinhada com a natureza exploratória do estudo, que busca entender não apenas o que e como acontece a extensão universitária, mas também porque acontece de determinada maneira. Através desta abordagem, o estudo aspira fornecer recomendações fundamentadas que possam servir para orientar futuras práticas e políticas no campo da extensão universitária, garantindo que elas sejam efetivas, relevantes e sustentáveis.

Os procedimentos adotados para a realização desta pesquisa foram meticulosamente planejados para garantir a coleta eficaz e ética de dados relevantes ao estudo do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária. Inicialmente, foi realizada uma revisão literária extensiva para fundamentar teoricamente o estudo e delinear os principais temas a serem explorados nas fases subsequentes da pesquisa.

Após a revisão da literatura, procedeu-se à fase de coleta de dados, que envolveu três métodos principais: entrevistas semiestruturadas, análise documental e observação participativa. As entrevistas foram conduzidas com os participantes do curso, selecionados com base em critérios que garantiam uma representação diversificada de experiências e perspectivas. Cada entrevista foi meticulosamente preparada e conduzida para explorar profundamente as percepções dos entrevistados sobre a extensão universitária e os impactos do curso em suas práticas profissionais.

A análise documental focou em materiais relacionados ao curso, incluindo planos de curso, monografias dos alunos e relatórios administrativos. Esses documentos foram examinados para extrair informações sobre os objetivos, conteúdos e resultados do programa de especialização, complementando os dados obtidos através das entrevistas.

Finalmente, a observação participativa ocorreu em algumas das sessões do curso, onde o pesquisador teve a oportunidade de observar as interações e dinâmicas de sala de aula. Esta técnica proporcionou uma visão valiosa dos métodos pedagógicos utilizados e da receptividade dos alunos às estratégias de ensino.

Esses procedimentos metodológicos foram essenciais para entender não apenas a estrutura e o conteúdo do curso, mas também o impacto e a relevância da extensão universitária na prática profissional dos participantes. A combinação desses métodos permitiu uma abordagem holística e aprofundada do tema, garantindo a integridade e a profundidade da análise realizada.

RESULTADOS

O Curso de Especialização em Extensão Universitária teve suas origens em 2008, quando os professores Débora Nunes e Ordep Serra, durante um evento na Université Lumière Lyon II na França, inspiraram-se na reação positiva de colegas à extensão universitária brasileira. Apesar dos desafios iniciais e desistência da parceria inicial Brasil-França, a ideia foi fortalecida pela professora ao assumir a presidência do Fórum Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior Particulares (FOREXP), enxergando a necessidade de uma pós-graduação que fortalecesse a extensão no Brasil.

Nunes e Serra publicaram sobre a “imperiosa necessidade de pós-graduações em extensão universitária” (2009), promovendo a ideia que ganhou apoio dos fóruns de extensão e culminou na criação do curso. O financiamento inicial veio através de parcerias com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Mineiro de Educação e Cultura (UNI-BH), e Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), com o apoio formalizado no Termo de Cooperação Técnica e Financeira nº 10.224/2012. Este acordo estabeleceu a FAPEMIG como agente de fomento, com um financiamento de R\$ 301.712,00, dedicando parte para o desenvolvimento de projetos selecionados.

O curso foi promovido em Minas Gerais com o objetivo de melhorar a gestão e desenvolvimento da extensão universitária por meio da qualificação de profissionais, combinando teoria e prática. A colaboração de diversas fundações e a mobilização de recursos foram essenciais para apoiar estudantes de outros estados brasileiros, em particular com o edital da Fundação de Amparo da Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) que facilitou a participação de estudantes da Bahia.

O perfil das instituições parceiras foi crucial, envolvendo entidades como a PUC Minas e UFSJ, que sediaram o curso, além de UFMG e UNI-BH, ampliando a base de apoio e experiência. O engajamento dos Fóruns de Extensão, como Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) e Fórum Nacional de Extensão e Ação

Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT), foi fundamental para a implementação bem-sucedida do programa.

O Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária resultou em uma maior valorização da extensão como campo acadêmico, aumentando sua homogeneidade nacional e reconhecimento público. Com professores e estudantes de diversas origens e especializações, o curso fomentou uma rede extensiva de conhecimento e prática, consolidando a extensão universitária como um campo essencial para o desenvolvimento educacional e social no Brasil. A contribuição da extensão à sociedade brasileira foi significativamente enriquecida por este programa pioneiro.

A análise individual dos trabalhos monográficos dos egressos do Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária (CNEEU) ofereceu *insights* valiosos sobre o impacto e potencial da extensão universitária em diversas áreas, destacando-se os seguintes trabalhos:

1. Jogos Universitários da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG): Avaliou os impactos desses jogos na integração e formação dos estudantes. Os resultados indicaram a importância do esporte para a socialização e desenvolvimento de habilidades mentais e sociais, embora tenha revelado uma carência na inclusão da comunidade externa nas atividades.

2. Extensão na Sala de Aula no Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais: Este estudo explorou como a extensão pode ser integrada nas disciplinas, realçando a formação cidadã dos alunos. A pesquisa destacou a reciprocidade de conhecimentos entre a universidade e a comunidade, mas mostrou uma subutilização do potencial extensionista nas práticas docentes.

3. Horta Escolar Orgânica em Cruz das Almas - Ba: Focou na construção de conhecimento prático sobre agroecologia e alimentação saudável entre estudantes de ensino fundamental. O projeto foi bem-sucedido em integrar teoria e prática, estimulando mudanças nos hábitos alimentares e promovendo a sustentabilidade.

4. Legados Sociais da Copa 2014 pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB): Analisou como a extensão universitária contribuiu para o planejamento de ações sociais durante a Copa do Mundo. O trabalho apontou para o sucesso na criação de políticas públicas e programas de formação e qualificação que beneficiaram diversas comunidades locais.

5. Extensão na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG): Avaliou concepções, diretrizes e atividades de extensão, destacando a importância da gestão extensionista e das práticas inovadoras no fortalecimento das relações universidade-comunidade.

6. Extensão Universitária na Universidade do Estado do Amazonas (UEA): Ofereceu um panorama sobre a institucionalização da extensão na Universidade do Estado do Amazonas, enfatizando a atuação integrada de docentes e discentes em projetos de extensão que abrangem múltiplos municípios.

7. Gestão da Extensão em instituição de ensino superior (IES) Privada: Explorou práticas de gestão da extensão em uma instituição de ensino superior privada, indicando a necessidade de maior reconhecimento e valorização das atividades extensionistas como parte integrante da missão institucional.

8. Um Estudo sobre Indissociabilidade nos Fóruns de Extensão: Este trabalho focou em como a extensão é integrada aos documentos dos fóruns de extensão, destacando a importância da metodologia extensionista no desenvolvimento de práticas integrativas e colaborativas entre ensino, pesquisa e extensão.

9. Sustentabilidade em Projetos de Extensão do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB): Investigou as percepções de sustentabilidade entre estudantes envolvidos em projetos de extensão, ressaltando a importância de incorporar conceitos de sustentabilidade em todas as atividades extensionistas para promover práticas ambientalmente conscientes.

10. Relação Teoria e Prática no Projeto Rondon: Analisou a aplicação dos princípios da extensão universitária em um contexto prático, mostrando como a interação direta entre teoria e prática enriquece a experiência educacional, permitindo uma aplicação imediata do conhecimento acadêmico em situações reais.

11. Comitê de Extensão na Universidade Católica Dom Bosco: Refletiu sobre a gestão da extensão e as contribuições do comitê de extensão para a prática extensionista, enfatizando a gestão participativa e o planejamento alinhado com a missão institucional.

12. Troca de Saberes na Universidade Federal de Viçosa (UFV) para Interação Universidade-Sociedade: Este estudo destacou o papel dos eventos como Troca de Saberes para facilitar a interação entre a universidade e a sociedade, promovendo a troca de conhecimento e a reflexão sobre práticas extensionistas.

13. Interseções Curriculares em Fisioterapia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro: Avaliou a inserção da extensão nos currículos de fisioterapia, argumentando que a extensão ajuda a formar profissionais mais bem preparados para a realidade social e profissional, ao mesmo tempo que desafia os currículos tradicionais a serem mais flexíveis e inclusivos.

14. A Metáfora do Coração pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) - MG: Este trabalho explorou conceitualmente a extensão universitária, usando a metáfora do coração para discutir a centralidade da extensão na vida acadêmica e sua capacidade de conectar a universidade ao seu entorno social, cultural e econômico.

Cada um desses estudos adiciona uma camada de entendimento sobre como a extensão universitária pode ser efetivamente integrada ao modelo educacional, não apenas como uma atividade periférica, mas como um elemento central que enriquece a educação superior e estimula uma interação produtiva entre as universidades e suas comunidades. Estes trabalhos também refletem a diversidade regional de práticas de extensão no Brasil e destacam a necessidade de estratégias adaptadas às realidades locais para maximizar o impacto social e educacional da extensão universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizamos aqui os *insights* derivados do estudo do primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária realizado em Minas Gerais, em 2013, oferecendo recomendações práticas destinadas a fortalecer a utilização de extensão universitária no contexto brasileiro. Este curso, uma iniciativa pioneira em sua natureza, proporcionou uma plataforma única para analisar as capacidades e desafios enfrentados pela extensão universitária e seu papel no desenvolvimento regional e urbano.

As conclusões do estudo destacam a extensão universitária como um instrumento poderoso para o desenvolvimento social e a inovação. Ficou evidente que, através de suas atividades, a extensão pode servir não apenas como um canal para aplicar conhecimento acadêmico de forma prática, mas também como um meio de capacitar comunidades, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. A extensão universitária também demonstrou ser crucial na formação de parcerias entre a universidade e a sociedade, o que é essencial para o avanço social e econômico.

No entanto, o estudo também revelou várias áreas que necessitam de atenção para que a extensão universitária possa alcançar seu potencial pleno. Entre estas, a necessidade de financiamento adequado e sustentável é crucial. Muitas iniciativas de extensão enfrentam desafios devido à falta de recursos contínuos, o que compromete a sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo. Além disso, a integração da extensão com as atividades de ensino e pesquisa dentro das universidades precisa ser melhorada para garantir uma abordagem holística que beneficie tanto os estudantes quanto as comunidades atendidas.

Baseado nas descobertas deste estudo, algumas recomendações específicas são propostas:

1. Fortalecimento do Financiamento: Instituições de ensino superior devem buscar parcerias mais robustas com o setor público e privado para garantir financiamento adequado para projetos de extensão. Políticas públicas também devem ser desenvolvidas para fornecer linhas de financiamento contínuas para tais iniciativas.
2. Integração Curricular: Recomenda-se que as universidades integrem mais profundamente a extensão nas suas estruturas curriculares, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de participar em projetos de extensão como parte de sua formação acadêmica.
3. Avaliação e *Feedback*: É crucial implementar sistemas eficazes de avaliação para projetos de extensão, para que seu impacto possa ser medido de maneira concreta e informativa. Isso ajudará a justificar o investimento em tais projetos e a refinar as práticas com base em evidências de sucesso ou necessidade de ajustes.
4. Capacitação Contínua: Programas de treinamento e desenvolvimento profissional contínuo devem ser oferecidos aos profissionais de extensão, para garantir que eles estejam equipados com as habilidades e conhecimentos mais recentes necessários para liderar iniciativas de impacto.
5. Promoção de Conhecimento sobre Extensão: As universidades devem trabalhar ativamente para promover um entendimento mais amplo sobre a importância da extensão universitária, não apenas dentro da academia, mas também no público em geral e nos setores governamentais.

Ao implementar estas recomendações, espera-se que a extensão universitária no Brasil possa avançar significativamente, alcançando um impacto mais profundo e duradouro no desenvolvimento regional e na transformação social. Este estudo reafirma a grande importância da extensão universitária como um pilar da missão educacional e social das universidades, e como uma força transformadora para um futuro mais justo e sustentável.

Este estudo, embora abrangente em sua análise da extensão universitária, não está isento de limitações. Primeiramente, o foco restrito ao primeiro Curso Nacional de Especialização em Extensão Universitária, embora profundamente informativo, limita a generalização dos resultados para outros programas ou contextos geográficos e institucionais. Além disso, a dependência de dados autorrelatados e retrospectivos nas monografias pode introduzir vieses relacionados às percepções pessoais dos participantes sobre o sucesso de suas próprias iniciativas. Isso pode afetar a objetividade dos resultados, dado que as experiências individuais podem refletir uma visão positiva tendenciosa. Adicionalmente, a complexidade inerente às dinâmicas sociais e regionais envolvidas na extensão

universitária significa que fatores externos, que não foram completamente controlados ou examinados neste estudo, podem influenciar os resultados das iniciativas de extensão.

Dado as limitações deste estudo e as ricas oportunidades para pesquisa adicional, sugere-se que estudos futuros possam expandir o escopo de investigação para incluir múltiplos programas de extensão universitária em diversas regiões do Brasil. Isso permitiria uma comparação entre diferentes contextos e práticas, enriquecendo a compreensão das dinâmicas de extensão e de seu impacto. Além disso, seria valioso realizar estudos longitudinais para acompanhar os efeitos a longo prazo das iniciativas de extensão, tanto para as comunidades atendidas quanto para as próprias instituições de ensino superior. Avaliações quantitativas rigorosas poderiam complementar os relatos qualitativos, fornecendo uma base de dados mais robusta para a análise do impacto real dessas atividades. Finalmente, a exploração de modelos colaborativos internacionais de extensão poderia oferecer novas perspectivas e práticas inovadoras que poderiam ser adaptadas e implementadas no contexto brasileiro, promovendo uma abordagem mais globalizada e interconectada à extensão universitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. C. O cenário atual do desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP, v. 12, n. 1, p. 438-447, jan.-abr. 2016.

AMARAL FILHO, J. Do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, n. 14, 1996.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Fundação de Economia e Estatística (FEE); (Governo do RS), 2002.

BOTOMÉ, S. P. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D. S. (org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. p.159-175.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du territoire et polarisation**. Paris: M.Th. Génin, 1972.

BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. **Geografia Humana: teoria e suas aplicações**. Tradução do Departamento de Geografia e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Portugal: Gradiva, 1987.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, p. 27.833de, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 1 mar. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.047, 22 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências. Brasília, DF, fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6047.htm Acesso em: 10 maio 2018.

- BRASIL. FINEP - Financiadora de Inovação e Pesquisa. **Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação 2016-2022**. Disponível em: http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Politica/16_03_2018_Estrategia_Nacional_de_Ciencia_Tecnologia_e_Inovacao_2016_2022.pdf Acesso em: 30 set. 2018.
- BRASIL. MEC - Ministério da Educação. Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução nº 98 de 4 de agosto de 1998**. Brasília (DF), 1998.
- BRASIL. MEC - Ministério da Educação. In: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, 13., 1994. **Anais [...]** 1994.
- BRASIL. MEC - Ministério da Educação. **Uma nova política para educação superior**. Brasília: Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, 1985.
- BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Regional. In: Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Documento De Referência, 1., 2012, Brasília. **Anais eletrônicos [...]** Brasília, 2012.
- BRASIL. Senado Federal. **5ª - Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo 2015**. Brasília, 2015. (Notas Taquigráficas – Comissões). Disponível em: https://legis.senado.leg.br/escriva-servicosweb/reuniao/pdf/3589?_gl=1*if-
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, S. S. D.; SOUSA, A. I.; LIMA, M. C. P. B. Curricular intersections of university extension. **Fisioterapia em Movimento**, v. 28, p. 127-139, 2015.
- CONTO, F. de. Relatos de experiência: a extensão universitária na Faculdade de Odontologia. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 100-108, jul. / dez. 2013.
- DEMO, P. **Educação e desenvolvimento: mito e realidade de uma relação possível e fantasiosa**. Campinas: Papirus, 1999.
- FIGUEIREDO, A. M. de; SOUZA, S. R. G. de. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses: da redação científica à apresentação do texto final**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- FORPROEX. **Institucionalização da Extensão: passo a passo**. Brasília: Fórum de extensão das IES brasileiras, 2004.
- FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária (2000/2001)**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura e Secretaria de Educação Superior, 1998. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.
- FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS; Ministério da Educação; Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GONZÁLEZ, R. R. La escala local del desarrollo: definición y aspectos teóricos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n.1, nov.1998.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 15, jun. 1997.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm Acesso em: 10 out. 2017.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2016**. 2018. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf Acesso em: 10 out. 2017.

KRUGMAN, P. *et al.* **A Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo**. São Paulo: Futura, 2002.

LA BLACHE, P. V. de. **Quadro de geografia da França**. Paris: La Table Ronde, 1994.

LIMA, A. C. da C.; SIMÕES, R. F. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico RDE**, Salvador, v. 12, n. 21, jul. 2010.

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária: bases ontológicas**. 2013. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/caderno-de-extensao-popular/caderno-de-extensao-popular.pdf#page=154>. Acesso em: 01 abr. 2018.

MELO E SILVA, S. *et al.* **Design Instrucional para uma aprendizagem significativa: pesquisa e extensão no caminho do desenvolvimento de tecnologias para a educação**. 2016. Disponível em: ceur-ws.org/vol_1667/ctrlE_2016_AC_paper_57.pdf. Acesso em: 12 out. 2017.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga, 1957.

NASCIMENTO, I. R. T.do. A indissociabilidade entre pesquisa e extensão na universidade: o caso da ITES/UFBA. **Revista NAU Social**, v.3, n.5, p. 41- 46, nov. 2012.

NOBREGA, P. R. da C. Reflexões didáticas sobre o conceito de região na geografia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, p. 107-130, jan./jun. 2015.

NUNES, D.; SERRA, O. A imperiosa necessidade de pós-graduações em extensão universitária para o enfrentamento dos desafios do mundo contemporâneo. Fala na mesa sobre Pós-Graduação e Extensão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO, 8., 2009, Dourados. **Anais [...]** 2009.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ROCHA, R. M. G. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. In: FARIA, D. S. de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília: Editora UNB, 2001.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**: Cortez, São Paulo, 2012.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SILVA, M. das G. Universidade e sociedade: cenários da extensão universitária? *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 23. 2000, Caxambu. **Anais [...]** 2000.

SÍVERES, L. A extensão como um processo aprendente. *In. FREITAS, L. G. et al. Educação superior: princípios, finalidades e formação continuada de professores*. Brasília, DF: Universa: Líber Livro, 2012. p. 101-20.

SMITH, N. Geografia da diferença e as políticas de escala. *In: ARANTES, A. A. O espaço da diferença*. (org.). Campinas: Papyrus, 2000.

SOUZA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas (SP): Editora Alinea, 2010.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. dos. Desenvolvimento econômico regional - uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, 2012.